

Comunicado DP-79/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante da decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima-Quarta-Vara-de-Fazenda-Pública-de-São-Paulo-que-julgou-extinto-o-processo-sem-resolução-do-mérito-nos-autos-do-Processamento-Comum,-Processo-nº-1048894-06.2015.8.26.0053,-declara-para-fins-de-regularização-que-o-candidato-VICTOR-GABRIEL-CARVALHO-SILVA,-RG-50.945.165-2/SP,-INSC-9905027705,-no-concurso-público-para-o-promovimento-de-cargos-de-Aluno-Oficial-PM,-regido-pelo-Edital-nº-DP-2/321/15,-permanece-excluído-conforme-publicação-no-Diário-Oficial-do-Estado-nº-50,-de-17-3-16,-em-ração-de-ter-sido-considerado-inapto-na-etapa-dos-exames-psicológicos.

Comunicado DP-80/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante da decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima-Quarta-Vara-de-Fazenda-Pública-de-São-Paulo-que-denegou-a-segurança-nos-autos-do-Mandado-de-Segurança,-Processo-nº-1018131-31.2017.8.26.0577,-torna-sem-efeito-a-reserva-de-vaga-do-candidato-ITALO-LOURENÇO-DA-SILVA,-RG-46.263.686-0/SP,-INSC-9903404757,-inscrito-no-concurso-público-destinado-ao-cargo-de-Soldado-PM-de-2ª-Classe,-regido-pelo-Edital-nº-DP-02/321/16,-conforme-publicação-no-Diário-Oficial-do-Estado-nº-186,-de-3-10-17.

Comunicado DP-81/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante da decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima-Terceira-Vara-de-Fazenda-Pública-de-São-Paulo-que-denegou-a-segurança-e-revogou-a-liminar-anteriormente-concedida-nos-autos-do-Mandado-de-Segurança,-Processo-nº-1038981-29.2017.8.26.0053,-torna-sem-efeito-a-reserva-de-vaga-do-candidato-MARCOS-DANIEL-BRAS,-RG-22.443.996-0/SP,-INSC-9904128028,-inscrito-no-concurso-público-destinado-ao-cargo-de-Oficial-Administrativo-Padrão-1-A,-regido-pelo-Edital-nº-DP-02/321/14,-conforme-publicação-no-Diário-Oficial-do-Estado-nº-183,-de-28-9-17.

Comunicado DP-82/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante da decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima-Terceira-Vara-de-Fazenda-Pública-de-São-Paulo-que-denegou-a-segurança-e-revogou-a-liminar-anteriormente-concedida-nos-autos-do-Mandado-de-Segurança,-Processo-nº-1037201-54.2017.8.26.0053,-torna-sem-efeito-a-reserva-de-vaga-da-candidata-ANDREIA-LUIZA-RODRIGUES-DO-VALLE,-RG-32.894.430-0/SP,-INSC-9904394887,-inscrita-no-concurso-público-destinado-ao-cargo-de-Oficial-Administrativo-Padrão-1-A,-regido-pelo-Edital-nº-DP-02/321/14,-conforme-publicação-no-Diário-Oficial-do-Estado-nº-167,-de-2-9-17.

Comunicado DP-83/312.2/18

A Diretora de Pessoal torna público o INDEFERIMENTO do recurso administrativo do candidato VINÍCIUS RAMOS LAMARCA,-RG-53.082.404-8/SP,-INSC-11054352,-PR-Nº-22018,-de-6-2-18,-inscrito-no-concurso-público-destinado-ao-cargo-de-Aluno-Oficial-PM-no-Bacharelado-em-Ciências-Policiais-de-Segurança-e-Ordem-Pública-(Curso-de-Formação-de-Oficiais-CFO),-regido-pelo-Edital-nº-DP-2/321/17,-referente-à-etapa-dos-EXAMES-DE-SAÚDE.-A-motivação-do-resultado-do-recurso-será-disponibilizada-para-a-consulta-no-site-www.policiamilitar.sp.gov.br-no-link-"concursos".

Comunicado DP-88/312.1/18

Em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de direito da Sétima-Vara-de-Fazenda-Pública-de-São-Paulo-que-julgou-parcialmente-procedente-nos-autos-do-Processamento-Ordinário,-Processo-nº-1024382-90.2014.8.26.0053,-a-Diretora-de-Pessoal-reinclui-a-candidata-AMANDA-GREGÓRIO-DE-SOUZA,-RG-33.253.592-7,-INSC-9905098980,-no-concurso-público-destinado-ao-cargo-de-Soldado-PM-de-2ª-Classe,-regido-pelo-Edital-nº-DP-2/321/13,-e-a-convoca-a-comparecer-no-Complexo-Administrativo-PM,-sita-na-Av.-Cruzeiro-do-Sul,-nº-260,-1º-andar,-Bairro-Canindé,-São-Paulo/SP,-para-a-realização-das-etapas-da-INVESTIGAÇÃO-SOCIAL-e-ANÁLISE-DE-DOCUMENTOS-e-TÍTULOS,-em-12-3-18-e-19-3-18-às-08h00.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Centro de Cadastro e Registro de Pessoal

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CONCURSO PÚBLICO – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I
(SEXO FEMININO E MASCULINO)
(ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS 1/2013)

EDITAL CCP 21 DE 15-2-2018

DIVULGA EXCLUSÃO DA LISTA DOS INAPTOS NA 4ª FASE E A CLASSIFICAÇÃO

(sentença)

A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP 202, de 27-9-2012, publicada no DOE de 28-9-2012, que cuida do Concurso Público para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I (sexo feminino e masculino), regido pelo Edital 1/2013 (Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais), publicado no DOE de 16-1-2013, retiratificado pelos Editais 18/2013 e 110/2013, publicados, respectivamente, no DOE de 28-2-2013 e de 21-8-2013 à vista da sentença datada de 13-1-2018, da 2ª Vara, do Foro e Comarca de Dracena/SP, relativa ao processo físico nº 0005637-25.2014.8.26.0168, no "Processamento-Comum-Concurso-Público/Edital", que decidiu: "julgo procedente a presente ação, em face do princípio da razoabilidade, para anular o ato de desclassificação do autor, que deverá ser reintegrado na lista dos aprovados no certame em questão, a fim de prosseguir nas demais fases EXCLUÍ o candidato a seguir citado da lista dos considerados INAPTOS na 4ª fase (Comprovação de Idoneidade e Conduta Híbrida na Vida Pública e na Vida Privada e Investigação Social) divulgada por meio do Edital 78/2014, publicado no DOE de 24-5-2014, bem como RETIFICA o Edital 93/2014, publicado no DOE de 3-7-2014, e sua(s) posterior(es) alteração(ões), para incluí-lo na respectiva classificação, ficando, em consequência, reclassificados os demais candidatos a partir dessa posição. CLAS – NOME – INSCRIÇÃO – DOCUMENTO – NOTA – SITUAÇÃO 1.890 – THIAGO WILLIAN PEREZ ROCUMBA – 0113629-1-414956102-SP – 52.000 – Sentença

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CONCURSO PÚBLICO PARA A CARREIRA DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I (SEXO MASCULINO)
(ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS 121/2014, no DOE de 6-9-2014)

EDITAL CCP 22 DE 15-2-2018

EXCLUSÃO DE CANDIDATO DO CONCURSO PÚBLICO (certidão de trânsito em julgado)

A COMISSÃO DE CONCURSO (constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP nº 119/2013, publicada no DOE de 16.07.2013), que cuida do Concurso Público para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I (sexo masculino), regido pelo Edital nº 121/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 06.09.2014), reatificado por meio dos Editais nº 127/2014 e nº 148/2014 (publicados, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de 13.09.2014 e de 23.10.2014) — à vista da certidão datada de 29.11.2017 que comunica o trânsito em julgado, em 27.11.2017, da decisão correspondente à Apelação nº 1005027-89.2017.8.26.0053 – SÃO PAULO, em que é apelante o Sr. André Correa Leal e apelada a Fazenda do Estado de São Paulo, que decidiu "nego provimento ao recurso" – EXCLUÍ do Concurso Público, o candidato adiante nominado:

NOME – DOCUMENTO
ANDRE CORREA LEAL – 15493907-MG
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

SAÚDE

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PROFESSOR ALEXANDRE VRANJAC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
UNIDADE: CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA "PROF.ALEXANDRE VRANJAC"
CARGO: MÉDICO I
ESPECIALIDADE: INFECTOLOGIA, MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL

EDITAL Nº 001./2018
ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Unidade supracitada, autorizada pela Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as determinações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 19/01/2018, publicado no D.O.E. de 20/01/2018, objetivando suprir necessidades de pessoal perante a contingência que desgarra da normalidade das situações cujo atendimento do serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 06 (SEIS) CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO - CTD (sendo, 05 para ampla concorrência e 01 para candidato com deficiência) no cargo de Médico I (Infectologia e Medicina Preventiva e Social).

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa – UCRH nº 02/2009.

2 - As inscrições serão recebidas no período de 20/02/2018 à 28/02/2018 das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados), na unidade detentora do certame, sito à Avenida Dr. Arnaldo, 351 – 6ª sala 618 – Centro de Recursos Humanos.

3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar, pelo período de até 12 (doze) meses, ou até que os cargos correspondentes sejam providos, respeitando o limite estabelecido no Padrão de Lotação.

4 - Os vencimentos iniciais referentes ao cargo de Médico I em Jornada de 20 horas semanais de trabalho, estabelecida pela Lei Complementar nº 1193/2013 correspondem a R\$ 2.650,00. (Dois Mil Seiscentos e Cinquenta Reais) e demais vantagens pecuniárias, acrescido do Prêmio de Produtividade Médica no valor de ATÉ R\$ 3.350,00 (Três Mil Trezentos e Cinquenta Reais), conforme legislação vigente.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

1 - São atribuições do cargo:

1.1 – Integrar equipes multidisciplinares de vigilância em saúde, participando das atividades de diagnóstico, planejamento e avaliação das ações individuais e coletivas.

1.2 – Participar da equipe técnica que implementa o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica dentro do campo profissional do Médico, compreendendo:

1.2.1 – Participar da proteção e recuperação da saúde da população;

1.2.2 – Apoiar os municípios no fortalecimento da gestão das vigilâncias;

1.2.3 – Apoiar os municípios nas investigações epidemiológicas de casos notificados, surtos e óbitos, conforme normatização federal e estadual;

1.2.4 – Executar ações de vigilância epidemiológica de forma complementar a atuação dos municípios;

1.2.5 – Participar de ações em resposta à emergência de saúde pública de importância estadual, bem como cooperação técnica com municípios em emergências de saúde pública de importância municipal, quando indicado;

1.2.6 – Notificar doenças de notificação compulsória, surtos e agravos inusitados, conforme disciplina federal e estadual;

1.2.7 – Delinear as investigações epidemiológicas com destaque para surtos/epidemias, configurando adequadamente os passos da investigação clínico-epidemiológica, incluindo a coleta oportuna de material para diagnóstico laboratorial;

1.2.8 – Realizar investigações epidemiológicas no Estado de São Paulo inclusive em atividades de campo, promovendo as articulações necessárias com outras instituições de saúde, públicas e privadas, como laboratórios, unidades básicas de saúde, hospitais, centros de referência, centros de pesquisa e universidades, etc;

1.2.9 – Analisar os resultados das investigações epidemiológicas, com destaque para surtos e epidemias, com a implementação oportuna de medidas de controle adequadas para a interrupção da cadeia de transmissão de doenças;

1.2.10 – Participar de grupo de discussão para análise de casos suspeitos de arboviroses para conclusão e encerramento dos casos;

1.2.11 – Formular hipóteses etiológicas a serem testadas em estudos epidemiológicos analíticos necessários ao estabelecimento de fatores de risco, exposição/doença;

1.2.12 – Conhecer e utilizar sistemas de informação de interesse para a vigilância epidemiológica, para coleta e análise dos dados;

1.2.13 – Participar de capacitações de profissionais de saúde nas ações de diagnóstico, tratamento e vigilância epidemiológica das arboviroses;

III - DAS INSCRIÇÕES E SEUS REQUISITOS

1 - São requisitos para inscrição:

1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;

1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, "a", da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, "b", da Constituição Federal) deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;

1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;

1.4 - Possuir 18 anos completos;

1.5 - Estar quieto com a Justiça Eleitoral;

1.6 - Ter boa conduta;

1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;

1.8 - Possuir Graduação em Medicina;

1.9 - Possuir registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CRM/SP;

1.10 - Possuir certificado de conclusão de Residência Médica em Programa credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), na Especialidade de Infectologia ou Medicina Preventiva e Social OU Título de Especialista emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB) na Especialidade de Infectologia ou Medicina Preventiva e Social;

1.11 - Possuir declaração de comparecimento e realização do Exame do CREMESP (somente candidatos graduados a partir de 2015), conforme Resolução SS-123, de 01/12/2015;

2 - No ato da inscrição, o candidato ou seu procurador deverá preencher a ficha de inscrição, apresentando:

2.1 - Originais e cópias de Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (caso não possua a numeração identificada no RG) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH vigente e com foto ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, quando for o caso, a fim de receber o PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado;

2.2 - Currículo, conforme modelo anexo, com documentos comprobatórios;

2.2.1 - Não haverá devolução dos currículos entregues pelos candidatos;

2.2.2 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente o conteúdo declarado no currículo cujo documento comprobatório seja entregue e que esteja dentro das especificações contidas no Capítulo VI deste edital.

3 - Não será realizada a inscrição de candidato que não apresentar os documentos exigidos no subitem "2.1" acima.

4 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

5 - No caso de inscrição por procuração, deverá ser apresentado o original do instrumento do mandato devidamente registrado em cartório e cópia simples, a qual ficará retida na unidade, e o RG original do procurador.

6 - A não comprovação dos requisitos constantes no item "1" e seus subitens, deste Capítulo, na ocasião da escolha de vagas, implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos decorrentes da sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado;

6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

6.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, inclusive carteiras funcionais;

7 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou via Internet e nem fora do prazo previsto neste edital.

IV - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/10/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.

2 - O candidato com deficiência deverá declarar na Ficha de Inscrição o tipo de deficiência, devendo ainda:

2.1 - Apresentar, no ato da inscrição, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10;

2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior, a contar do início da inscrição, será de 02 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 01 (um) ano nas demais situações.

3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no Capítulo II deste edital;

3.1 - Conforme estipulado no item "6" do Capítulo X deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde. Caso seja verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

5 - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá exaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.

6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

V - DA ANÁLISE CURRICULAR

1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise Curricular, conforme modelo anexo;

1.1 - A Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório.

VI - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO CURRÍCULO

1 - Ao currículo serão atribuídos até no máximo 30 (trinta) pontos, na seguinte conformidade:

1.1 - Certificado de conclusão do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada ao Sistema Único de Saúde – EPISUS – São Paulo Valor: 8,0 (oito) pontos;

1.2 - Certificado de Curso de Mestrado referente à área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 6,0 (seis) pontos;

1.3 - Certificado do Curso de Especialização na área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 4,0 (quatro) pontos (carga horária mínima de 360 horas);

1.4 - Experiência Profissional em Vigilância em Saúde Valor por ano de atuação: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 3,0 (três) pontos – (Necessário comprovação de atuação profissional na área de Vigilância em Saúde);

1.5 - Curso diverso dentro da classe para qual concorre em Vigilância em Saúde, nos últimos 05 (cinco) anos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto (mínimo de 8h/curso) Valor Máximo: 4,0 (quatro) pontos ;

1.6 - Participação em congressos, conferências, simpósios na área de Vigilância em Saúde, após a formação (nos últimos 05 anos) Valor: COM apresentação de trabalho: 1,0 (um) ponto por trabalho apresentado Valor: SEM apresentação de trabalho: 0,5 (cinco décimos) ponto por evento Valor Máximo: 3,0 (três) pontos;

1.7 - Curso de aplicativos estatísticos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 2,0 (dois);

2 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

VII - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 10 (dez) pontos na avaliação curricular.

2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

4 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

VIII - DO DESEMPATE

1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pela ordem: 1.1 - Maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);

1.2 - Maior idade (até 59 anos);

1.3 - Escolaridade mais compatível em relação à atividade a ser desempenhada, quando cabível;

1.4 - Maior tempo de experiência em relação ao cargo;

1.5 - Maior grau de escolaridade;

1.6 - Maiores encargos de família;

1.7 - Sido jurado (após 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;

1.7.1 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;

1.7.2 - O candidato deve informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;

1.7.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;

1.7.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da escolha de vaga, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2 - Em caso de permanência do empate, os candidatos empatados serão convocados pelo órgão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;

2.1 - O não comparecimento dos candidatos ao sorteio implicará na classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

IX - DOS RECURSOS

1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, em duas vias (original e cópia), entregues e protocolados na unidade no horário das 09:00 às 16:00, conforme modelo contido no site da Coordenadoria de Recursos Humanos, http://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/homepage/acesso-rapido/concurso-publico-e-processo-seletivo/candidato/, o qual também poderá ser retirado e preenchido junto à unidade detentora do certame;

2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato, para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) o resultado da solicitação do candidato.

3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste edital ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Decorrido o período estabelecido para recurso e publicação das decisões emanadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, a unidade publicará a Classificação Final.

2 - A partir da edição da Classificação Final, a convocação para a escolha de vagas será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e notificada por e-mail, conforme endereço informado na ficha de inscrição pelo candidato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

3 - A unidade detentora do certame não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço eletrônico não informado, informado de

13.1 - A não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em local diverso daquele escolhido quando da inscrição no Processo Seletivo Simplificado não ocasionará sua exclusão da lista, nem alterará sua ordem de classificação, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local que efetivamente concorreu.

14 - Para maiores informações entrar em contato pelo(s) telefone(s) (11) 3066-8184 no horário das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados).

15 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado não cabendo recursos quanto à decisão proferida.

ANEXO
MODELO DE CURRÍCULO VITAE
I - DADOS PESSOAIS
NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CEP:
TELEFONE RESIDENCIAL / CELULAR:
E-MAIL:
DATA DE NASCIMENTO:
NATURALIDADE:
ESTADO CIVIL:
SEXO: () FEMININO () MASCULINO
R.G.:
CPF:
Nº DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA CLASSE:
FILHOS: () NÃO () SIM QUANTOS: _____
II - FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA, em nível de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC (especificar Instituição Promotora, Ano de início e conclusão)
III - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO EM EPIDEMIOLOGIA APLICADO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – EPISUS;
IV - TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (especificar a Instituição Promotora, ano de início e de conclusão).
MESTRADO:
ESPECIALIZAÇÃO:
V - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE (especificar local onde trabalhou, período, cargo ocupado, resumo das atividades desenvolvidas que guardem estreita relação com a área em que irá atuar);
VI - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DIVERSOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;
VII - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;
VIII - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE APLICATIVO ESTADÍSTICO;
ANEXO OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS SUPRADECLARADOS.
DECLARO QUE ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO.

Assinatura
São Paulo, ____/____/____.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
UNIDADE: CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
"PROF. ALEXANDRE VRANJAC"
CARGO: ENFERMEIRO
EDITAL Nº 02/2018
ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Unidade supracitada, autorizada pela Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as determinações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 19/01/2018, publicado no D.O.E. de 20/01/2018, objetivando suprir necessidades de pessoal perante a contingência que desgarra da normalidade das situações cujo atendimento do serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 06 (seis) CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO - CTD (sendo, 05 para ampla concorrência e 01 para candidato com deficiência) no cargo de Enfermeiro.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa – UCRH nº 02/2009.

2 - As inscrições serão recebidas no período de 20/02/2018 à 28/02/2018 das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados), na unidade detentora do certame, sito à Avenida Dr. Arnaldo, 351 – 6º - sala 618 – Centro de Recursos Humanos.

3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar, pelo período de até 12 (doze) meses, ou até que os cargos correspondentes sejam providos, respeitando o limite estabelecido no Padrão de Lotação.

4 - Os vencimentos iniciais referentes ao cargo de Enfermeiro em Jornada de 30 horas semanais de trabalho, estabelecida pela Lei Complementar nº 1.157/2011 correspondem a R\$ 1.464,83 (Mil Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais e Oitenta e Três centavos) e demais vantagens pecuniárias, acrescido do Prêmio de Incentivo no valor de ATÉ R\$ 1.750,00 (Um Mil Setecentos e Cinquenta Reais), conforme legislação vigente.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

1 - São atribuições do cargo:
1.1 - Planejar, organizar, coordenar, supervisionar, implantar, executar e avaliar as atividades de Vigilância em Saúde nos diversos procedimentos da área de Enfermagem, em conformidade com a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem;

1.2 - Exercer funções assistenciais, de ensino, de assessoria, administrativas e de pesquisa nas instituições de saúde e na comunidade, que resultem no desenvolvimento da tecnologia apropriada à assistência de saúde da rede SUS;

1.3 - Planejar, executar, e avaliar os programas de Vigilância em Saúde em todas suas etapas;

1.4 - Desenvolver atividades educativas de promoção na área de Vigilância em Saúde destinadas aos usuários e profissionais de saúde da rede SUS;

1.5 - Participar de capacitações de profissionais de saúde nas ações de diagnóstico, tratamento e vigilância epidemiológica das arboviroses;

1.6 - Emitir pareceres técnicos/administrativos sobre matéria de enfermagem e Vigilância à Saúde, afim de oferecer subsídios para fundamentação, informes, documentos e despachos;

1.7 - Delinear as investigações epidemiológicas com destaque para surtos/epidemias, atuando nas investigações epidemiológicas, inclusive de campo, de forma a promover as articulações necessárias com outras instituições de saúde, públicas e privadas, analisando seus resultados, implementando oportunas medidas de controle e participando da formulação de hipóteses etiológicas a serem testadas em estudos epidemiológicos;

1.8 - Participar de grupos de discussão para análise de casos suspeitos de arboviroses para conclusão e encerramento dos casos;

1.9 - Participar no processo de articulação com as demais áreas de conhecimento e dos avanços tecnológicos e biotecnológicos em saúde e suas especificidades, particularmente da enfermagem;

1.10 - Participar das ações educativas e de comunidades da saúde e da enfermagem aos trabalhadores e população;

III - DAS INSCRIÇÕES E SEUS REQUISITOS

1 - São requisitos para inscrição:

1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;

1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, "a", da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, "b", da Constituição Federal) deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;

1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;

1.4 - Possuir 18 anos completos;

1.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral;

1.6 - Ter boa conduta;

1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;

1.8 - Possuir Graduação em Enfermagem;

1.9 - Possuir registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN-SP;

2 - No ato da inscrição, o candidato ou seu procurador deverá preencher a ficha de inscrição, apresentando:

2.1 - Originais e cópias de Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (caso não possua a numeração identificada no RG) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH vigente e com foto ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, quando for o caso, a fim de receber o PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado;

2.2 - Currículo, conforme modelo anexo, com documentos comprobatórios;

2.2.1 - Não haverá devolução dos currículos entregues pelos candidatos;

2.2.2 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente o conteúdo declarado no currículo cujo documento comprobatório seja entregue e que esteja dentro das especificações contidas no Capítulo VI deste edital.

3 - Não será realizada a inscrição de candidato que não apresentar os documentos exigidos no subitem "2.1" acima.

4 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

5 - No caso de inscrição por procuração, deverá ser apresentado o original do instrumento do mandato devidamente registrado em cartório e cópia simples, a qual ficará retida na unidade, e o RG original do procurador.

6 - A não comprovação dos requisitos constantes no item "1" e seus subitens, deste Capítulo, na ocasião da escolha de vagas, implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos decorrentes da sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado;

6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

6.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, inclusive carteiras funcionais;

7 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou via Internet e nem fora do prazo previsto neste edital.

IV - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/10/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.

2 - O candidato com deficiência deverá declarar na Ficha de Inscrição o tipo de deficiência, devendo ainda:

2.1 - Apresentar, no ato da inscrição, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10;

2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior, a contar do início da inscrição, será de 02 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 01 (um) ano nas demais situações.

3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no Capítulo II deste edital;

3.1 - Conforme estipulado no item "6" do Capítulo X deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde. Caso seja verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

5 - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá exaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.

6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

V - DA ANÁLISE CURRICULAR

1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise Curricular, conforme modelo anexo;

1.1 - A Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório.

VI - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO CURRÍCULO
1 - Ao currículo serão atribuídos até no máximo 30 (trinta) pontos, na seguinte conformidade:

1.1 - Certificado de conclusão do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada ao Sistema Único de Saúde – EPISUS – São Paulo Valor: 8,0 (oito) pontos;

1.2 - Certificado de conclusão do Programa de Aprimoramento Profissional – PAP, conforme Resolução SS/07/96, publicada em 13/01/1996, na área para qual concorre, de no mínimo 1.500 horas-aula Valor: 2,0 (dois) pontos;

1.3 - Certificado de Curso de Mestrado referente à área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 6,0 (seis) pontos;

1.4 - Certificado do Curso de Especialização na área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 2,0 (dois) pontos (carga horária mínima de 360 horas);

1.5 - Experiência Profissional em Vigilância em Saúde Valor por ano de atuação: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 3,0 (três) pontos – (Necessário comprovação de atuação profissional na área de Vigilância em Saúde);

1.6 - Curso diverso dentro da classe para qual concorre em Vigilância em Saúde, nos últimos 05 (cinco) anos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto (mínimo de 8h/curso) Valor Máximo: 4,0 (quatro) pontos;

1.7 - Participação em congressos, conferências, simpósios na área de Vigilância em Saúde, após a formação (nos últimos 05 anos) Valor: COM apresentação de trabalho: 1,0 (um) ponto por trabalho apresentado Valor: SEM apresentação de trabalho: 0,5 (cinco décimos) ponto por evento Valor Máximo: 3,0 (três) pontos;

1.8 - Curso de aplicativos estatísticos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 2,0 (dois);

2 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

VII - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 10 (dez) pontos na avaliação curricular.

2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

4 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

VIII - DO DESEMPATE

1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pela ordem: 1.1 - Maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);

1.2 - Maior idade (até 59 anos);

1.3 - Escolaridade mais compatível em relação à atividade a ser desempenhada, quando cabível;

1.4 - Maior tempo de experiência em relação ao cargo;

1.5 - Maior grau de escolaridade;

1.6 - Maiores encargos de família;

1.7 - Sido jurado (após 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;

1.7.1 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;

1.7.2 - O candidato deverá informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;

1.7.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;

1.7.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da escolha de vaga, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2 - Em caso de permanência do empate, os candidatos empatados serão convocados pelo órgão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursospublico.sp.gov.br), a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;

2.1 - O não comparecimento dos candidatos ao sorteio implicará na classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

IX - DOS RECURSOS

1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, em duas vias (original e cópia), entregues e protocolados na unidade no horário das 09:00 às 16:00, conforme modelo contido no site da Coordenadoria de Recursos Humanos, <http://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/homepage/acesso-rapido/concurso-publico-e-processo-seletivo/candidato/>, o qual também poderá ser retirado e preenchido junto à unidade detentora do certame;

2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato, para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursospublico.sp.gov.br) o resultado da solicitação do candidato.

3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste edital ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Decorrido o período estabelecido para recurso e publicação das decisões emanadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, a unidade publicará a Classificação Final.

2 - A partir da edição da Classificação Final, a convocação para a escolha de vagas será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursospublico.sp.gov.br) e notificada por e-mail, conforme endereço informado na ficha de inscrição pelo candidato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

3 - A unidade detentora do certame não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço eletrônico não informado, informado de forma ilegível, incompleto, incorreto, não atualizado pelo candidato ou decorrentes de falhas no recebimento de e-mail, quaisquer que sejam as causas.

4 - O envio de e-mail e a comunicação por outras formas (telegrama, carta, etc.), quando ocorrer, constituirá mera cortesia da unidade detentora do Processo Seletivo Simplificado.

5 - O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar na convocação para escolha de vagas na data estabelecida pela unidade, perderá o direito à contratação, sendo convocado o subsequente na ordem da Classificação Final.

6 - A contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde realizado por órgãos de saúde ou unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo constar se o candidato está apto a exercer as atribuições elencadas no Capítulo II deste edital.

7 - No caso de candidato estrangeiro, concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do estatuto de igualdade, após a contratação, deverá o funcionário apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes, cabendo aos órgãos de pessoal da Administração direta e Autárquica do Estado acompanhar os procedimentos de âmbito federal e a obtenção da naturalização pelo candidato contratado, adotando, ao final, as providências que se fizerem necessárias.

8 - O contrato será anulado pelo respectivo dirigente do órgão contratante, em caso de inexistência das declarações do contratado ou de irregularidades na documentação por ele apresentada, verificada a qualquer tempo.

9 - É vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa, com fundamento na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, ainda que para atividades diferentes, antes de decorridos 200 (duzentos) dias do término do contrato anterior.

10 - O Contrato por Tempo Determinado deverá ser celebrado no 1º dia útil subsequente à realização da anuência para escolha de vaga e o contratado deverá iniciar exercício no 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato.

11 - Todos os resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursospublico.sp.gov.br), tendo o candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações dos editais.

12 - O prazo de validade improrrogável do presente Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano a partir da data de publicação da Classificação Final ou antes de findo este prazo, em razão de homologação de Concurso Público para provimento no cargo correspondente na unidade em questão.

13 - Em caso de necessidade e conveniência da Administração Pública, os candidatos remanescentes da lista geral e especial poderão ser destinados eventualmente para outras unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, inclusive em cidades diversas daquelas para as quais se inscreveram, em vagas que venham a surgir nas mesmas além das especificadas neste edital, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e respeitada a Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e desde que não mais existam candidatos habilitados nas correspondentes listas dos locais onde surgirem as aludidas vagas;

13.1 - A não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em local diverso daquele escolhido quando da inscrição no Processo Seletivo Simplificado não ocasionará sua exclusão da lista, nem alterará sua ordem de classificação, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local que efetivamente concorreu.

14 - Para maiores informações entrar em contato pelo(s) telefone(s) (11)3066-8184 no horário das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados).

15 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado não cabendo recursos quanto à decisão proferida.

ANEXO
MODELO DE CURRÍCULO VITAE
I - DADOS PESSOAIS
NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CEP:
TELEFONE RESIDENCIAL / CELULAR:
E-MAIL:
DATA DE NASCIMENTO:
NATURALIDADE:
ESTADO CIVIL:
SEXO: () FEMININO () MASCULINO
R.G.:
CPF:
Nº DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA CLASSE:
FILHOS: () NÃO () SIM QUANTOS: _____

II - FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA, em nível de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC (especificar Instituição Promotora, Ano de início e conclusão)

III - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO EM EPIDEMIOLOGIA APLICADO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – EPISUS;

IV - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL – PAP;

V - TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (especificar a Instituição Promotora, ano de início e de conclusão).
MESTRADO:
ESPECIALIZAÇÃO:

VI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE (especificar local onde trabalhou, período, cargo ocupado, resumo das atividades desenvolvidas que guardem estreita relação com a área em que irá atuar);

VII - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DIVERSOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;

VIII - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;

IX - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE APLICATIVO ESTADÍSTICO;

ANEXO OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS SUPRADECLARADOS.
DECLARO QUE ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO.

Assinatura
São Paulo, ____/____/____.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
UNIDADE: CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
"PROF. ALEXANDRE VRANJAC"
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
EDITAL Nº 03/2018
ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Unidade supracitada, autorizada pela Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as determinações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 19/01/2018, publicado no D.O.E. de 20/01/2018, objetivando suprir necessidades de pessoal perante a contingência que desgarra da normalidade das situações cujo atendimento do serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 03 (três) CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO - CTD no cargo de Médico Veterinário.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa – UCRH nº 02/2009.

2 - As inscrições serão recebidas no período de 20/02/2018 à 28/02/2018 das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados), na unidade detentora do certame, sito à Avenida Dr. Arnaldo, 351 – 6º - sala 618 – Centro de Recursos Humanos.

3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar, pelo período de até 12 (doze) meses, ou até que os cargos correspondentes sejam providos, respeitando o limite estabelecido no Padrão de Lotação.

4 - Os vencimentos iniciais referentes ao cargo de Médico Veterinário em Jornada de 30 horas semanais de trabalho, estabelecida pela Lei Complementar nº 1.157/2011 correspondem a R\$ 1.876,18 (Mil Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Dezoito centavos) e demais vantagens pecuniárias, acrescido do Prêmio de Incentivo no valor de ATÉ R\$ 1.350,00 (Um Mil Trezentos e Cinquenta Reais), conforme legislação vigente.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

1 - São atribuições do cargo:

1.1 - Executar atividades de Vigilância em Saúde nos diversos procedimentos da área de Medicina Veterinária, em conformidade com a Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Medicina Veterinária;

1.2 - Investigar e apoiar investigações de casos, óbitos e surtos de zoonoses, arboviroses e doenças de etiologia desconhecida;

- 1.3 - Investigar e ou apoiar investigação de epizootias de interesse para saúde pública;
- 1.4 - Realizar e ou apoiar atividades de campo, como captura, contenção, necropsia e coleta de amostras biológicas de animais, frente à ocorrência de epizootias;
- 1.5 - Interpretar resultado laboratorial provenientes de animais;
- 1.6 - Investigar e/ou apoiar investigação e avaliação das condições ambientais para ocorrência de epizootias;
- 1.7 - Verificar rumores capturados na mídia ou provenientes da população;
- 1.8 - Consolidar e analisar bancos de dados relacionados às zoonoses, arboviroses e doenças de etiologia desconhecidas;
- 1.9 - Recomendar medidas de prevenção e controle;
- 1.10 - Elaborar e/ou apoiar a elaboração de relatório técnico, diretrizes, boletim, informe e material educativo;
- 1.11 - Promover articulação com outras instituições (Agricultura, Meio Ambiente, SUCEN, Turismo, Vigilância Sanitária, Defesa Civil, CRMV etc);
- 1.12 - Participar de reuniões técnicas e capacitações relativas à vigilância em saúde;
- 1.13 - Capacitar e orientar profissionais de saúde para atuar nas atividades de vigilância epidemiológica de zoonoses, arboviroses e doenças de interesse em saúde pública;

III - DAS INSCRIÇÕES E SEUS REQUISITOS

- 1 - São requisitos para inscrição:
- 1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;
- 1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, "a", da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;
- 1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, "b", da Constituição Federal) deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;
- 1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

- 1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;
- 1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;
- 1.4 - Possuir 18 anos completos;
- 1.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral;
- 1.6 - Ter boa conduta;
- 1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;
- 1.8 - Possuir Graduação em Medicina Veterinária;
- 1.9 - Possuir registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-SP;

- 2 - No ato da inscrição, o candidato ou seu procurador deverá preencher a ficha de inscrição, apresentando:
- 2.1 - Originais e cópias de Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (caso não possua a numeração identificadora no RG) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH vigente e com foto ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, quando for o caso, a fim de receber o PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado;
- 2.2 - Currículo, conforme modelo anexo, com documentos comprobatórios;
- 2.2.1 - Não haverá devolução dos currículos entregues pelos candidatos;
- 2.2.2 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente o conteúdo declarado no currículo cujo documento comprobatório seja entregue e que esteja dentro das especificações contidas no Capítulo VI deste edital.

- 3 - Não será realizada a inscrição de candidato que não apresentar os documentos exigidos no subitem "2.1" acima.
- 4 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

- 5 - No caso de inscrição por procuração, deverá ser apresentado o original do instrumento do mandato devidamente registrado em cartório e cópia simples, a qual ficará retida na unidade, e o RG original do procurador.
- 6 - A não comprovação dos requisitos constantes no item "1" e seus subitens, deste Capítulo, na ocasião da escolha de vagas, implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos decorrentes da sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

- 6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;
- 6.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, inclusive carteiras funcionais;
- 7 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou via Internet e nem fora do prazo previsto neste edital.

- IV - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
- 1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/10/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.
- 2 - O candidato com deficiência deverá declarar na Ficha de Inscrição o tipo de deficiência, devendo ainda:
- 2.1 - Apresentar, no ato da inscrição, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10;
- 2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior, a contar do início da inscrição, será de 02 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 01 (um) ano nas demais situações.

- 3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no Capítulo II deste edital;
- 3.1 - Conforme estipulado no item "6" do Capítulo X deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde. Caso seja verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
- 4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

- 5 - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá exaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.
- 6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.
- 7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

V - DA ANÁLISE CURRICULAR

- 1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise Curricular, conforme modelo anexo;
- 1.1 - A Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório.

VI - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO CURRÍCULO

- 1 - Ao currículo serão atribuídos até no máximo 30 (trinta) pontos, na seguinte conformidade:
- 1.1 - Certificado de conclusão do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada ao Sistema Único de Saúde – EPISUS – São Paulo Valor: 8,0 (oito) pontos;
- 1.2 - Certificado de conclusão do Programa de Aprimoramento Profissional – PAP, conforme Resolução SS/07/96, publicada em 13/01/1996, na área para qual concorre, de no mínimo 1.500 horas-aula Valor: 2,0 (dois) pontos;
- 1.3 - Certificado de Curso de Mestrado referente à área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 6,0 (seis) pontos;
- 1.4 - Certificado do Curso de Especialização na área de Epidemiologia, Vigilância em Saúde ou em Saúde Coletiva Valor: 2,0 (dois) pontos (carga horária mínima de 360 horas);
- 1.5 - Experiência Profissional em Vigilância em Saúde Valor por ano de atuação: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 3,0 (três) pontos – (Necessário comprovação de atuação profissional na área de Vigilância em Saúde);
- 1.6 - Curso diverso dentro da classe para qual concorre em Vigilância em Saúde, nos últimos 05 (cinco) anos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto (mínimo de 8h/curso) Valor Máximo: 4,0 (quatro) pontos;
- 1.7 - Participação em congressos, conferências, simpósios na área de Vigilância em Saúde, após a formação (nos últimos 05 anos) Valor: COM apresentação de trabalho: 1,0 (um) ponto por trabalho apresentado Valor: SEM apresentação de trabalho: 0,5 (cinco décimos) ponto por evento Valor Máximo: 3,0 (três) pontos;
- 1.8 - Curso de aplicativos estatísticos Valor por curso: 0,5 (cinco décimos) ponto Valor Máximo: 2,0 (dois);
- 2 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

VII - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

- 1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 10 (dez) pontos na avaliação curricular.
- 2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.
- 3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.
- 4 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

- VIII - DO DESEMPATE
- 1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pela ordem: 1.1 - Maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
- 1.2 - Maior idade (até 59 anos);
- 1.3 - Escolaridade mais compatível em relação à atividade a ser desempenhada, quando cabível;
- 1.4 - Maior tempo de experiência em relação ao cargo;
- 1.5 - Maior grau de escolaridade;
- 1.6 - Maiores encargos de família;
- 1.7 - Sido jurado (após 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;
- 1.7.1 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;
- 1.7.2 - O candidato deverá informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
- 1.7.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;
- 1.7.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da escolha de vaga, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

- 2 - Em caso de permanência do empate, os candidatos empatados serão convocados pelo órgão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;
- 2.1 - O não comparecimento dos candidatos ao sorteio implicará na classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

IX - DOS RECURSOS

- 1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.
- 2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, em duas vias (original e cópia), entregues e protocolados na unidade no horário das 09:00 às 16:00, conforme modelo contido no site da Coordenadoria de Recursos Humanos, http://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/homepage/acesso-rapido/concursopublico-e-processo-seletivo/candidato/, o qual também poderá ser retirado e preenchido junto à unidade detentora do certame;
- 2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato, para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) o resultado da solicitação do candidato.
- 3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste edital ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 - Decorrido o período estabelecido para recurso e publicação das decisões emanadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, a unidade publicará a Classificação Final.
- 2 - A partir da edição da Classificação Final, a convocação para a escolha de vagas será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e notificada por e-mail, conforme endereço informado na ficha de inscrição pelo candidato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.
- 3 - A unidade detentora do certame não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço eletrônico não informado, informado de forma ilegível, incompleto, incorreto, não atualizado pelo candidato ou decorrentes de falhas no recebimento de e-mail, quaisquer que sejam as causas.
- 4 - O envio de e-mail e a comunicação por outras formas (telegrama, carta, etc.), quando ocorrer, constitui mera cortesia da unidade detentora do Processo Seletivo Simplificado.
- 5 - O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar na convocação para escolha de vagas na data estabelecida pela unidade, perderá o direito à contratação, sendo convocado o subsequente na ordem da Classificação Final.

- 6 - A contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde realizado por órgãos de saúde ou unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo constar se o candidato está apto a exercer as atribuições elencadas no Capítulo II deste edital.
- 7 - No caso de candidato estrangeiro, concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do estatuto de igualdade, após a contratação, deverá o funcionário apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes, cabendo aos órgãos de pessoal da Administração direta e Autárquica do Estado acompanhar os procedimentos de âmbito federal e a obtenção da naturalização pelo candidato contratado, adotando, ao final, as providências que se fizerem necessárias.
- 8 - O contrato será anulado pelo respectivo dirigente do órgão contratante, em caso de inexistência das declarações do contratado ou de irregularidades na documentação por ele apresentada, verificada a qualquer tempo.
- 9 - É vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa, com fundamento na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, ainda que para atividades diferentes, antes de decorridos 200 (duzentos) dias do término do contrato anterior.
- 10 - O Contrato por Tempo Determinado deverá ser celebrado no 1º dia útil subsequente à realização da anuência para escolha de vaga e o contratado deverá iniciar exercício no 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato.
- 11 - Todos os resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), tendo o candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações dos editais.
- 12 - O prazo de validade improrrogável do presente Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano a partir da data de publicação da Classificação Final ou antes de findo este prazo, em razão de homologação de Concurso Público para provimento no cargo correspondente na unidade em questão.
- 13 - Em caso de necessidade e conveniência da Administração Pública, os candidatos remanescentes da lista geral e especial poderão ser destinados eventualmente para outras unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, inclusive em cidades diversas daquelas para as quais se inscreveram, em vagas que venham a surgir nas mesmas além das especificadas neste edital, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e respeitada a Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e desde que não mais existam candidatos habilitados nas correspondentes listas dos locais onde surgirem as aludidas vagas;
- 13.1 - A não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em local diverso daquele escolhido quando da inscrição no Processo Seletivo Simplificado não ocasionará sua exclusão da lista, nem alterará sua ordem de classificação, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local que efetivamente concorre.
- 14 - Para maiores informações entrar em contato pelo(s) telefone(s) (11)3066-8184 no horário das 09:00 às 16:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados).
- 15 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado não cabendo recursos quanto à decisão proferida.

ANEXO

MODELO DE CURRÍCULO VITAE

- I - DADOS PESSOAIS
- NOME:
- ENDEREÇO:
- BAIRRO:
- CEP:
- TELEFONE RESIDENCIAL / CELULAR:
- E-MAIL:
- DATA DE NASCIMENTO:
- NATURALIDADE:
- ESTADO CIVIL:
- SEXO: () FEMININO () MASCULINO
- R.G.:
- CPF:
- Nº DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA CLASSE:
- FILHOS: () NÃO () SIM QUANTOS: _____
- II - FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA, em nível de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC (especificar Instituição Promotora, Ano de início e conclusão)
- III - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO EM EPIDEMIOLOGIA APLICADO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – EPISUS;
- IV - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL – PAP;
- V - TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (especificar a Instituição Promotora, ano de início e de conclusão).
- MESTRADO:
- ESPECIALIZAÇÃO:
- VI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE (especificar local onde trabalhou, período, cargo ocupado, resumo das atividades desenvolvidas que guardem estreita relação com a área em que irá atuar);
- VII - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DIVERSOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;
- VIII - PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS NA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE;
- IX - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE APLICATIVO ESTÁTICO;
- ANEXO OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS SUPRADECLARADOS.
- DECLARO QUE ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO.

Assinatura

São Paulo, ____/____/____.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE 15/02/2018
HOMOLOGANDO o Concurso Público para a função-atividade de OFICIAL ADMINISTRATIVO, do Edital de Abertura de Inscrições nº 23/2017, de acordo com o artigo 15 da Portaria HCRP nº 18/84.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS – MOGI DAS CRUZES
PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS Nº 1/2009, E SUAS ALTERAÇÕES.
AVISO Nº 015/02/2017 – PROCESSO Nº 4983/2017
AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS, considerando a ocorrência de aulas, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para escolha de aulas, nos dias e horário indicado.

O candidato convocado comparecerá com documento de identidade ou far-se-á representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.

Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.

Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS
Endereço: RUA CORONEL CARDOSO DE SIQUEIRA, 801
Bairro: VILA OLIVEIRA
Cidade: MOGI DAS CRUZES
Telefone: 4799-1511 e-mail: E015ADM@CPS.SP.GOV.BR
WWW.FACEBOOK.COM/ETEC-PRESIDENTE-VARGAS-1741735279421859

COMPONENTE CURRICULAR: 4 – TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS LIVRES

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AULAS REMANESCENTES DE ATRIBUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO GRADUADO

NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL

RUTH DA CONCEIÇÃO MENDONÇA / 52.667.154-3 / 1º

PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018, 19/02/2018 A 21/02/2018

HORÁRIO: 11H00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS Nº 1/2009, E SUAS ALTERAÇÕES.
AVISO Nº 032/02/2016 – PROCESSO Nº 7469/2016.
AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 02

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, considerando a ocorrência de aulas, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para escolha de aulas, nos dias e horário indicado.

O candidato convocado comparecerá com documento de identidade ou far-se-á representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.

Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.

Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA
Endereço: FAZENDA BAIXADA, S/Nº
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: IGARAPAVA
Telefone: (16) 3172-1814 e-mail: E033OP@CPS.SP.GOV.BR
WWW.CPS.SP.GOV.BR

COMPONENTE CURRICULAR: 9 – MICROBIOLOGIA (PARA AS HABILITAÇÕES FARMÁCIA E QUÍMICA) (QUÍMICA)

Nº AULAS: 10 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO LICENCIADO

NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL

MARA CRISTINA DA SILVA FERRAZ / 40.393.034-0 / 3º

PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018 E 19-20-21/02/2018.

HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00.

*

- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS
Endereço: RUA CORONEL CARDOSO DE SIQUEIRA, 801
Bairro: VILA OLIVEIRA
Cidade: MOGI DAS CRUZES
Telefone: 4799-1511 e-mail: E015ADM@CPS.SP.GOV.BR
WWW.FACEBOOK.COM/ETEC-PRESIDENTE-VARGAS-1741735279421859
- COMPONENTE CURRICULAR: 7 – ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL (ADMINISTRAÇÃO)
- Nº AULAS: 2,5 – AULAS LIVRES
- MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AULAS REMANESCENTES DE ATRIBUIÇÃO
- PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO GRADUADO
- NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL
- REGINALDO DE SOUSA BORGES / 43.042.368-8 / 1º
- PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018, 19/02/2018 A 21/02/2018
- HORÁRIO: 10H30
- *
- ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS – MOGI DAS CRUZES
- PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS Nº 1/2009, E SUAS ALTERAÇÕES.
AVISO Nº 015/02/2017 – PROCESSO Nº 4983/2017
AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 2
- O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS, considerando a ocorrência de aulas, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para escolha de aulas, nos dias e horário indicado.
- O candidato convocado comparecerá com documento de identidade ou far-se-á representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PRESIDENTE VARGAS
Endereço: RUA CORONEL CARDOSO DE SIQUEIRA, 801
Bairro: VILA OLIVEIRA
Cidade: MOGI DAS CRUZES
Telefone: 4799-1511 e-mail: E015ADM@CPS.SP.GOV.BR
WWW.FACEBOOK.COM/ETEC-PRESIDENTE-VARGAS-1741735279421859
- COMPONENTE CURRICULAR: 4 – TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS (ADMINISTRAÇÃO)
- Nº AULAS: 2,5 – AULAS LIVRES
- MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AULAS REMANESCENTES DE ATRIBUIÇÃO
- PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO GRADUADO
- NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL
- RUTH DA CONCEIÇÃO MENDONÇA / 52.667.154-3 / 1º
- PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018, 19/02/2018 A 21/02/2018
- HORÁRIO: 11H00
- *
- ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA
- PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS Nº 1/2009, E SUAS ALTERAÇÕES.
AVISO Nº 032/02/2016 – PROCESSO Nº 7469/2016.
AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 02
- O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, considerando a ocorrência de aulas, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para escolha de aulas, nos dias e horário indicado.
- O candidato convocado comparecerá com documento de identidade ou far-se-á representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA
Endereço: FAZENDA BAIXADA, S/Nº
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: IGARAPAVA
Telefone: (16) 3172-1814 e-mail: E033OP@CPS.SP.GOV.BR
WWW.CPS.SP.GOV.BR
- COMPONENTE CURRICULAR: 9 – MICROBIOLOGIA (PARA AS HABILITAÇÕES FARMÁCIA E QUÍMICA) (QUÍMICA)
- Nº AULAS: 10 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO
- MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA
- PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO LICENCIADO
- NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL
- MARA CRISTINA DA SILVA FERRAZ / 40.393.034-0 / 3º
- PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018 E 19-20-21/02/2018.
- HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00.
- *

- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA
Endereço: FAZENDA BAIXADA, S/Nº
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: IGARAPAVA
Telefone: (16) 3172-1814 e-mail: E033OP@CPS.SP.GOV.BR
WWW.CPS.SP.GOV.BR
- COMPONENTE CURRICULAR: 9 – MICROBIOLOGIA (PARA AS HABILITAÇÕES FARMÁCIA E QUÍMICA) (QUÍMICA)
- Nº AULAS: 10 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO
- MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA
- PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO LICENCIADO
- NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL
- MARA CRISTINA DA SILVA FERRAZ / 40.393.034-0 / 3º
- PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018 E 19-20-21/02/2018.
- HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00.
- *

- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA
Endereço: FAZENDA BAIXADA, S/Nº
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: IGARAPAVA
Telefone: (16) 3172-1814 e-mail: E033OP@CPS.SP.GOV.BR
WWW.CPS.SP.GOV.BR
- COMPONENTE CURRICULAR: 9 – MICROBIOLOGIA (PARA AS HABILITAÇÕES FARMÁCIA E QUÍMICA) (QUÍMICA)
- Nº AULAS: 10 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO
- MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA
- PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO LICENCIADO
- NOME/RG/CLASSIFICAÇÃO FINAL
- MARA CRISTINA DA SILVA FERRAZ / 40.393.034-0 / 3º
- PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 16/02/2018 E 19-20-21/02/2018.
- HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00.
- *

- A escolha e atribuição de aulas obedecerá rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6, do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente e/ou componente constante de um grupo de componentes curriculares que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1, do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS – 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas o candidato não aproveitado aguardará nova oportunidade de convocação.
- O candidato que não atender à convocação para formalizar a contratação, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo.
- Observar-se-á para o início do exercício o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.
- Local: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA
Endereço: FAZENDA BAIXADA, S/Nº
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: IGARAPAVA
Telefone: (16) 3172-1814 e-mail: E033OP@CPS.SP.GOV.BR
WWW.CPS.SP.GOV.BR
- COMPONENT